



**Excelentíssimo Senhor Presidente da
Assembleia Legislativa da Região Autónoma
dos Açores**

Assunto: Projeto de Resolução – Prevenção e combate à violência obstétrica nos Açores

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Ex.^ª, nos termos regimentais aplicáveis, o Projeto de Resolução em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores



(António Lima)



(Vera Pires)

Ponta Delgada, 24 de fevereiro de 2023

Projeto de Resolução

Prevenção e combate à violência obstétrica nos Açores

Em 2014, a Organização Mundial de Saúde (OMS) alertou para o drama de “muitas mulheres [que] sofrem abusos, desrespeito e maus-tratos durante o parto nas instituições de saúde”, afirmando que esse tratamento viola os “direitos das mulheres ao cuidado respeitoso, mas também ameaça o direito à vida, à saúde, à integridade física e à não-discriminação” (Declaração WHO/RHR/14.23).

Um estudo publicado na revista "The Lancet Regional Health Europe" concluiu que, no primeiro ano da pandemia, as grávidas portuguesas foram mais submetidas a práticas não recomendadas pela OMS do que as mulheres de outros 11 países da Europa. Em causa estão a episiotomia de rotina, um corte feito na região do períneo para ampliar o canal do parto; a manobra de Kristeller, uma prática proibida em vários países e que se baseia na aplicação de pressão na parte superior do abdómen; e o “ponto do marido” que consiste num ponto que se faz ao término da sutura de uma episiotomia, com o objetivo de estreitar a área vaginal.

Um estudo desenvolvido no âmbito do projeto IMAGINE EURO, pelo Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, revelou que a percentagem em Portugal de episiotomias ronda os 41%, representando o dobro da média europeia (20%).

Este estudo contou com a participação de 58 açorianas, que admitiram falta de comunicação efetiva (22,4%), falta de envolvimento nas decisões (41,4%), falta de apoio emocional (39,7%), falta de contacto pele-a-pele com o bebé (15,5%), falta de apoio na amamentação (13,8%), dificuldade em aceder ao pré-natal de rotina (58,6%), assim como 24,1% afirma não ter sido tratada com dignidade e 13,8% refere ter sofrido de abuso (físico, verbal ou psicológico).

Além disso, 75% das mulheres açorianas que participaram neste estudo afirmam ter sido submetidas a manobras de Kristeller, em parto vaginal instrumentalizado.

Na Região Autónoma dos Açores não são divulgados dados relativos a episiotomias e manobras de Kristeller realizadas nos hospitais da região, o que significa que o disposto na circular normativa n.º 14 de 12/07/2019 não está a ser cumprido, assim como não estão a ser implementadas novas estratégias de recolha de dados para se conseguir analisar esta realidade e atuar conforme os mesmos.

Um estudo europeu que envolveu mais de 21 mil mulheres concluiu que a prevalência de parto instrumentalizado em Portugal é três vezes superior à média europeia e a mais de 60% das mulheres portuguesas não foi pedido “qualquer consentimento”.

Portugal mantém-se entre os 10 países da OCDE com uma taxa de cesarianas mais elevada, correspondendo a 32,5% dos partos, acima dos 28% da média de mais de 30 países.

De 2020 até ao primeiro semestre de 2022, mais de 55% dos partos na região foram distócicos - onde se incluem cesarianas e partos instrumentalizados – um número manifestamente elevado, que demonstra serem necessárias medidas para se alterar esta realidade.

A 2.ª edição do inquérito “Experiências de Parto em Portugal”, contou com a participação de 81 mulheres açorianas (1,08% da amostra) e concluiu que três em cada dez mulheres afirmam terem sido vítimas de abuso, desrespeito ou discriminação, sendo as intervenções não consentidas as apontadas como a forma mais recorrente dessa violência.

Considerando que existiram queixas de violência obstétrica em dois hospitais da região, no Hospital do Divino Espírito Santo e Hospital da Horta, e que as mesmas foram desvalorizadas considerando que a “situação foi interpretada pela utente como violência obstétrica” e que existiu uma “divergência entre as expectativas da utente e a atuação da equipa clínica”.

Considerando que os hospitais da região não têm planos de parto próprios e adequados à sua realidade e que segundo a DGS o modelo de planos de nascimento deverá servir de referência para que hospitais/maternidades possam realizar os “seus próprios planos de parto institucionais.”

Considerando que não têm existido na região campanhas de sensibilização para a prevenção e combate à violência obstétrica, o que pode conduzir a que as mulheres possam passar por esta forma de violência sem sequer a identificar como uma violação dos seus direitos.

Considerando que é fundamental atuar de forma proativa na prevenção e na erradicação de situações de violência obstétrica.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional dos Açores:

- 1 - A realização de um estudo regional anónimo sobre práticas de violência obstétrica;
- 2 - Que garanta a realização do registo obrigatório, por parte dos hospitais da região, dos procedimentos realizados no parto, incluindo episiotomias e outras práticas adotadas, assim como a respetiva justificação da sua realização;
- 3 - A elaboração, por cada um dos hospitais da Região, de um plano de parto institucional adequado à sua realidade;



I Grupo Parlamentar I



- 4 - A implementação de um inquérito de satisfação às puérperas sobre a experiência de parto comum a todos os hospitais da Região;
- 5 - A implementação de campanhas de sensibilização para a prevenção e combate à violência obstétrica;
- 6 - Que promova a literacia em saúde materna e obstetrícia.

O Grupo Parlamentar do BE/Açores

(António Lima)

(Vera Pires)

Ponta Delgada, 24 de fevereiro de 2023